

Coordenação de
Susana Barroso

Porto
| Portugal
2018



30 CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE AUDITORES FISCAIS E ADUANEIROS

Em Busca de Justiça Fiscal



LAW/ACADEMY

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELENCIA



O Presidente da República

APOIO



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa



ÍNDICE

Nota da Coordenadora	
Susana Barroso	06
Mensagem ao Congresso de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa	
Marcelo Rebelo de Sousa	09
Discurso de Abertura	
Nuno Barroso	12
Discurso de Abertura	
Juracy Soares	18
Discurso de Abertura	
Ricardo Valente	21
Discurso de Abertura	
António Fonseca	24
O Caminho para a Justiça Fiscal	
Maria Luís Albuquerque	27
Justiça Fiscal em tempos de Economia Digital	
Nuno Barroso	32
Impostos sem Educação Fiscal é puramente Dor	
Roberto Kupski	38
Sobre a Educação e Cidadania Fiscal	
José Casalta Nabais	41
A Educação Fiscal e o Conhecimento Fiscal: aproximação ou divergência?	
Cidália Lopes	72
Offshores, Planeamento Fiscal Abusivo e Branqueamento de Capitais	
Pedro Marinho Falcão	86
Desafios da Fronteira da União	
Fernando Ramos	92
Desafios da Fronteira da União em matéria de Impostos Especiais de Consumo	
António Brigas Afonso	97

Desafios da Fronteira da União	
Paula Pinto	106
Reflexões Breves: Justiça Fiscal - Tribunais Tributários	
Irene Isabel das Neves	116
A Regulação Responsiva na Inspeção Tributária	
João Araújo Marques	129
A investigação da criminalidade fiscal e dos crimes associados a esta	
José Simões Pereira	153
Investigação Criminal Fiscal e Dificuldades	
Amadeu Guerra	161
Investigação Criminal Fiscal: relevância e desafios	
Filipe Duarte Neves	172
Investigação e Punibilidade na Fraude Fiscal	
Adriana Monteiro	181
O Movimento VIVA e o IVA Europeu	
Maurício Prado	190
O Movimento VIVA	
Rodrigo Spada	193
“Personalização” do IVA: Por que escolher entre eficiência e equidade se é possível ter ambas?	
Giovanni Padilha da Silva	198
Qualificação das Carreiras da Inspeção Tributária e da Inspeção Aduaneira	
Vasco Pinho	207
Administração Tributária Digital	
Juarez Freitas	210
Carreira da Inspeção Tributária e da Inspeção Aduaneira: uma profissão de risco e de desgaste rápido?	
Nuno Cerejeira Namora	214
Qualificação das Carreiras de Auditoria e Inspeção Tributária e da futura Inspeção Aduaneira	
António Castela	219
A Tributação do Futuro e o Papel do Auditor Fiscal	
Juracy Soares	227
O Auditor Fiscal em tempos de Administração Tributária Autônoma e Contemporânea: Uma visão sob novas perspectivas	
Leilson Oliveira Cunha	231

As Cripto-moedas, o Monopólio da Banca e a Analogia em Direito Fiscal	
Eva Dias Costa	236
Discurso de Encerramento	
Pedro Marinho Falcão	239
Discurso de Encerramento	
Juracy Soares	243
Balanço do 3.º Congresso Luso-Brasileiro	
Nuno Barroso (Entrevistado por Lúgia Simões, Jornal Económico)	247

Nota da Coordenadora

SUSANA BARROSO ⁰¹

(01) Mestre em Direito, Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto; Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; Licenciada em Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

A Justiça Fiscal é uma das bases da Justiça Social, objetivo último de uma Sociedade Moderna e Democrática.

Na verdade, sabemos que a Justiça Fiscal será sempre uma opção política. Mas numa Sociedade aberta e plural, esta discussão é e deve ser mantida em todos os patamares de atuação civil, entre políticos, entre associações da sociedade civil, entre dirigentes públicos e entre profissionais e cidadãos. Daí que se compreenda que Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, tenha conferido o seu Alto Patrocínio, e que a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa tenha concedido o seu Apoio Institucional, ao 3.º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros.

Esse diálogo entre visões distintas, essa busca incessante pelas melhores soluções em matéria tributária, o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre profissionais de um mesmo ofício, são os objetivos de realizações como aquela que é agora “passada a livro”: os Congressos Luso-Brasileiros de Auditores Fiscais e Aduaneiros (agora na sua 3.ª edição), e que resultam da ligação próxima entre a APIT – Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira (Portugal) e a Febrafite – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Brasil), às quais se juntaram em 2018, a Law Academy (Portugal) e a RAF-LP – Rede de Auditores Fiscais de Língua Portuguesa (CPLP).

O presente momento, em que são muitos os desafios a ultrapassar, e em que os padrões legais e normativos, até agora utilizados, se têm mostrado insuficientes para a prossecução da Justiça Fiscal, mostra-se propício ao desenvolvimento de novas leituras e de novas propostas legais ou enquadradoras, que possibilitem uma real compreensão e a materialização da justiça fiscal (no seio de um sistema tributário que se pretende equitativo e eficiente).

Para além disso:

- A consciência de que as economias nacionais enfrentam ciclos cada vez mais curtos, de que a digitalização da economia nos confronta com novas realidades, de que existe a séria possibilidade de redução do investimento na inspeção/regulação (incompreensível perante o volume da economia paralela, e perante o comprovado acréscimo de complexidade nas soluções de fraude, evasão e elisão

fiscal e aduaneira), e de que nos deparamos com a necessidade das sociedades darem cada vez mais atenção à Solidariedade Social;

- A necessidade de compreender outros fatores fundamentais quando pensamos em Justiça Fiscal: a Cidadania e Educação Fiscal;

- E a busca do “equilíbrio dinâmico” entre a eficiência e a equidade, conjugando a eficiência na arrecadação com uma verdadeira justiça na distribuição da carga fiscal, onde assume especial e comprovada relevância,

Exige-se o relevante contributo conjunto dos Profissionais da Inspeção Tributária e da Inspeção Aduaneira (de Portugal e do Brasil) e dos restantes “atores” da realidade tributária (políticos, juizes, procuradores, advogados, contabilistas, etc.).

Sendo, nesta matéria, de assinalar como relevante, o lançamento em Portugal, neste 3.º Congresso, do **Prémio Nacional de Cidadania e Educação Fiscal**, num esforço conjunto da APIT e da Law Academy.

Dado que a tributação só faz sentido quando subordinada aos princípios enformadores da nossa Sociedade, como sejam a Justiça, a Igualdade e a Equidade, a Busca pela Justiça Fiscal é um desafio constante, recorrente e atual, que se coloca aos sistemas jurídico-tributários.

E estamos convictos de que poderão continuar a contar com os profissionais da Inspeção Tributária, da Inspeção Aduaneira, da Auditoria Fiscal, de Portugal e do Brasil, como parceiros empenhados em atingir esse objetivo,

A todos aqueles que contribuíram para esta obra, o nosso sincero agradecimento.

E desde já um convite à participação no 4.º Congresso Luso-Brasileiro, em 2019, na cidade de São Paulo (Brasil).

—

Mensagem ao Congresso de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa

MARCELO REBELO DE SOUSA



Na impossibilidade de estar presente no 3.º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros, que decorre na cidade do Porto, quero saudar, através desta mensagem, todos os Congressistas e muito especialmente as Organizações promotoras deste Encontro.

Olhando para o Programa destes três dias do Congresso Luso-Brasileiro sob o tema “Em Busca de Justiça Fiscal” é inquestionável a relevância das matérias e desafios em debate, debate esse que será seguramente enriquecido pela qualidade e diversidade dos intervenientes e que concorrerá para o aperfeiçoamento das administrações tributária e aduaneiras, para o enriquecimento e a valorização das competências dos profissionais que operam nesta esfera, para o reforço da educação e da cidadania fiscais e, em última instância, para concretizar o próprio lema deste Congresso.

Estou certo que este será um importante espaço de debate e de reflexão e um contributo inestimável para a construção de soluções que reforcem a Justiça Fiscal nos nossos países, sendo esta uma dimensão determinante para a construção de sociedades mais desenvolvidas, mas também mais justas, coesas e equitativas.

A justiça fiscal é hoje, cada vez mais, indissociável da justiça social que seguramente todos almejamos e vital para a concretização dos desígnios constitucionais dos nossos Estados de Direito Democráticos.

A partilha de experiências que as associações representativas de trabalhadores de Portugal e do Brasil entenderam promover – e que esta 3.ª edição do Congresso vem consolidar e reforçar – constitui também uma mais-valia para o aprofundamento da cooperação e das relações luso-brasileiras.

O Presidente da República deixa assim uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido e uma palavra de incentivo ao aprofundamento desta cooperação,

não apenas a que se consubstancia já hoje nesta parceria luso-brasileira, mas igualmente a parceria potencial que, desejavelmente, poderá vir a constituir-se com todos os demais países de língua oficial portuguesa.

Por isso, o Presidente da República entendeu conceder o seu Alto Patrocínio a esta iniciativa.

Termino esta mensagem para a sessão de abertura do Congresso, saudando todos os congressistas e desejando o maior sucesso para os vossos trabalhos.

O Presidente da República
Marcelo Rebelo de Sousa

Lisboa, Palácio de Belém, 24 de maio de 2018

— Discurso de abertura

NUNO BARROSO ⁰¹

(01) Presidente da APIT – Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira;
Presidente da RAF-LP – Rede de Auditores Fiscais de Língua Portuguesa

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. António Mendonça Mendes
Sra. Diretora Geral da AT, Dra. Helena Borges
Sr. Vereador da CM Porto, Dr. Ricardo Valente
Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso,
Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Dr. António Fonseca
Srs. e Sras. Dirigentes da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira
Srs. Dirigentes de Partidos Políticos, Associações Sindicais, Ordens Profissionais,
Associações Profissionais, que muito nos honram com a sua presença
Caros amigos e colegas,

Sejam bem-vindos à “Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto”. Sejam bem-vindos ao 3.º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros.

A APIT, a Febrafite, a Rede de Auditores Fiscais de Língua Portuguesa e a *Law Academy*, assumiram o desafio de organizar o 3.º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros, dedicando o evento ao tema “Em Busca de Justiça Fiscal”.

Estamos assim diante de mais um evento de cariz internacional que nasceu sob o espírito da promoção da integração, do intercâmbio, e da qualificação pessoal e profissional, debatendo, de forma aberta e dialogante, os temas mais atuais no âmbito destas fundamentais atividades (fiscais e aduaneiras) para os Estados, envolvendo os Inspectores Tributários, os Inspectores Aduaneiros, os Auditores Fiscais, das Administrações Tributárias do Brasil e de Portugal.

O sucesso observado nos eventos precedentes são o garante da pertinência destas realizações e da necessidade em evoluir na continuidade da sua realização.

Este Congresso envolve assim Auditores Fiscais do Brasil e Inspectores Tributários e Inspectores Aduaneiros de Portugal, que partilhando uma mesma língua e o mesmo desejo de servir a Sociedade em busca de Justiça Social através de Justiça Fiscal, pretende promover momentos de discussão, reflexão e troca de experiências e obter o necessário enriquecimento individual e institucional sobre o conhecimento de temáticas relevantes para o exercício das funções adstritas às

nossas Carreiras: funções nucleares do Estado, funções sem as quais não existem Estados Sociais, Estados Modernos, Estados Democráticos voltados ao bem-estar social.

Tão ou mais importante é o envolvimento neste evento de profissionais do setor privado (professores, investigadores, empresários, juristas, advogados, contabilistas e outros profissionais), procurando-se assim ir ao encontro das expectativas geradas por um evento deste género, com a criação de sinergias através do envolvimento dos vários intervenientes nesta área. Desta forma, com esta abertura e disponibilidade para o diálogo, necessariamente construtivo, as nossas Sociedades, podem receber um importante contributo para avançarem, na certeza de que todos os envolvidos em matérias fiscais ou aduaneiras estão imbuídos de um inquebrantável espírito de Justiça.

O programa do evento desenvolve-se em torno de algumas das temáticas mais atuais, e que a organização considerou indubitavelmente relevantes para o tema do Congresso:

- Que caminhos, que rumo, deve trilhar a Legislação Fiscal, o Direito Fiscal, para que todos possamos alcançar a Justiça Fiscal e Social;
- A Educação Fiscal e o seu papel no futuro de Sociedades Modernas e Civilizadas;
- Os Desafios que enfrentam os Operacionais da Investigação Criminal Fiscal (em todas as suas vertentes);
- A Tributação da Economia do Futuro (digitalizada, globalizada, encriptada) e o Papel dos Inspetores, dos Auditores, dos Consultores, dos Advogados, dos Juízes, etc.;
- De que forma estamos a enfrentar os Desafios da Globalização na Área Aduaneira, de defesa das fronteiras, das economias nacionais e da livre e saudável concorrência;
- Qual o caminho futuro na relação entre os Direitos e Garantias dos Cidadãos-Contribuintes com as Prerrogativas dos Profissionais das Administrações Tributárias e Aduaneiras;
- Como estão os Estados, os Governos, os Políticos, as Administrações Públicas, a valorizar e dignificar as carreiras de Inspeção – não será certamente fundindo-os ou confundindo-os;

O “Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros” é já considerado uma referência no mundo das Administrações Tributárias e Aduaneiras por pautar pela exigência, independência e profissionalismo.

O sucesso do evento deve-se necessariamente à reconhecida qualidade dos oradores e à pertinência das temáticas que são abordadas, e a 3.^a edição será, certa e novamente, uma oportunidade única para ficar a par das novidades e de antecipar o futuro.

Tendo em conta estes factos, é para nós sinónimo de reconhecimento da qualidade e relevância do evento, e da competência e independência das entidades organizadoras, **a concessão do Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, e o Apoio Institucional da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa.** A que se juntam **os apoios do CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias, da CCILB – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e da AFP – Associação Fiscal Portuguesa.**

A escolha do tema: Justiça Fiscal – se a fiscalidade é omnipresente na vida de todos nós, temos cada vez mais a necessidade de afirmar que o dinheiro arrecadado via impostos não é dinheiro do Estado, não pertence ao Governo, nem a qualquer partido político. É dinheiro dos cidadãos... e estes têm de ter a certeza que o mesmo decorre de uma tributação justa e não de um qualquer confisco, e sobretudo que a sua utilização (via Orçamento de Estado, via decisões políticas) não só pretende obter a satisfação das necessidades dos cidadãos mas que o consegue efetivamente fazer. Existe na nossa sociedade, em todas as sociedades, uma exigência absoluta e ainda não satisfeita, de esclarecimento fiscal.

Este Congresso procura nas suas várias vertentes trazer alguma luz não apenas sobre as questões atuais em termos de fiscalidade e fronteiras, mas também discutir possíveis, futuras, soluções perante os desafios que as sociedades enfrentam, por efeito, sobretudo, da globalização e da digitalização.

Mas não esquecemos ainda uma outra questão fundamental: a relação dos trabalhadores das AT com o cidadão comum e com todos os outros atores destas realidades.

Não é possível obter ou sustentar uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento reduzindo o papel dos funcionários públicos a uma mera rubrica do Orçamento de Estado.

A clivagem entre trabalhadores do setor privado e do setor público que alguns pretendem “vender” como uma realidade que impossibilita a modernização do Estado, é uma farsa construída por comentadores desconhecedores da realidade da função pública e por políticos vendidos a uma ideologia de Estado nulo que são preguiçosos ao ponto de não estudar a evolução dos Estados, das Sociedades Democráticas e da essencialidade de uma Administração Pública competente e operante. Em toda a história de crescimento e desenvolvimento com sucesso das sociedades modernas, o Estado e os seus trabalhadores, tiveram um papel essencial. E sempre, mas sempre, que se procurou a sua “anulação”, a falta de regulação resultou em destruição e empobrecimento.

Todos, mas todos, devemos discutir a modernização, a aposta na eficiência das entidades do Estado, entre as quais a AT, e uma crescente aposta nos fatores de regulação dessas entidades, como acontece com a Inspeção Tributária e a Inspeção Aduaneira.

E sobretudo, apostando num investimento efetivo na autonomia, segregação de funções e reconhecimento dessas carreiras (em todas as suas especificidades), fomentador de transparência na relação da AT com os cidadãos. E tal apenas se obtém, numa clara diferenciação dessas carreiras quando em contraste com as restantes carreiras da administração pública, e mesmo com as restantes carreiras da AT. Não tenhamos dúvidas: todos aqueles, sejam quem forem, que não apostem nestas soluções contribuirão para um crescimento da Economia Paralela, e para uma deficiente e ineficaz luta contra a fraude e evasão fiscal e aduaneira. E aí, nenhum cidadão, nenhuma sociedade, irá compreender.

Um eficaz combate à fraude, à evasão e à elisão – realidades cada vez mais complexas e desmaterializadas – requer estrutura, ferramentas, um capital humano cada vez mais preparado, especializado e reconhecido numa carreira digna, e uma aposta consciente e determinada em Educação e Cidadania.

No decurso deste Congresso, desenvolvido e preparado por Operacionais, Tributários e Aduaneiros, demonstraremos que não existem soluções em

ambiente fiscal e aduaneiro sem a sua discussão com quem no terreno tem de aplicar a legislação em vigor. Os desafios perante a globalização e troca de informações de maior qualidade e quantidade, os permanentes desafios humanos e materiais perante as soluções de elisão fiscal cada vez mais complexas (e digitalizadas e encriptadas), as novas realidades monetárias (de que são exemplo as criptomoedas) que dificultam o controlo e regulação, e o cada vez mais fundamental investimento em Investigação Criminal Fiscal coordenada (entre MP, AT e outros OPC's) estão entre as preocupações e discussões que pretendem obter deste evento a apresentação de soluções viáveis e de aplicação tão breve quanto possível.

Desta forma, cumpre-me desejar a todos os congressistas, oradores e moderadores, um excelente Congresso, na certeza que a organização fez tudo o que estava ao seu alcance para vos proporcionar as bases de sucesso.

Bem hajam a todos. Muito obrigado pela vossa atenção.
Nuno Barroso

— Discurso de abertura

JURACY SOARES⁰¹

(01) Presidente da Febrafitte – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
Vice-Presidente da RAF-LP – Rede de Auditores Fiscais de Língua Portuguesa

A APIT e a Febrafite estão muito orgulhosas em realizarem mais uma edição do Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e Aduaneiros. Para todos nós que integramos os fiscos do Brasil e de Portugal é um momento que marca a consolidação desse compartilhamento de experiências, tecnologias e expertises.

O evento ocorre em um momento em que uma série de movimentos disruptivos afetam diversas atividades e até mesmo setores inteiros das mais variadas atividades econômicas.

Nesse sentido, cabe a nós, Auditores Fiscais, adotarmos as melhores práticas que a tecnologia pode proporcionar. A tecnologia é uma aliada e temos a oportunidade e o dever de utilizá-la de modo a garantir mais eficiência, velocidade, acurácia e economia de recursos não só ao governo, como a toda a sociedade.

No decorrer dos próximos dias poderemos projetar os desafios que se avizinham, ao passo em que nos qualificamos para aprimorarmos nossa atuação apoiada em automação de processos, inteligência artificial e até mesmo na alavancagem que o blockchain pode conferir às transações comerciais e conseqüentemente, cálculo e repasse de tributos aos entes competentes.

Estamos frente a mais um conjunto de desafios que nos motivam a cada vez mais pesquisarmos e formularmos soluções inovadoras para o alcance da tão almejada justiça fiscal.

Em pleno século XXI, com o atual estágio de desenvolvimento tecnológico que vivenciamos, não faz o menor sentido obrigarmos – Estado e contribuintes – a aplicarem tanto tempo e energia em cálculo e conformidade tributária.

Temos que manter ativos os canais de interação com a Academia, Sociedade Civil, Empresários e Entidades Profissionais, visando conferir legitimidade às discussões e soluções que serão apresentadas daqui em diante.

Agradeço a presença dos colegas que vieram do Brasil prestigiar esse maravilhoso evento. Agradeço também os colegas de Portugal, que tão bem nos recebem nessa terra irmã. Agradeço também a todas as entidades que apoiaram essa iniciativa.

Na certeza de que teremos ótimos painéis e que aprenderemos bastante, dou as boas-vindas a todos!

Muito obrigado.

Organização



LAW/ACADEMY

Apoios Institucionais



Parceiros Académicos



UNIVERSIDADE
PORTUGALENSE



Media Partner



Parcerias

